

**ENTREVISTA DA PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARIA VICENTINA  
DE PAULA DO AMARAL DICK**

*À LINHA D'ÁGUA*

**Linha D'Água (LD)** - Entendemos que sua posição como Membro da Comissão Permanente de Licenciatura da Universidade de São Paulo tem-lhe possibilitado participar de discussões no âmbito nacional e permitido compreender o quadro brasileiro quanto aos licenciados ou aos que se encontram em processo de licenciatura. O que tem a dizer a respeito desse quadro atual da formação dos alunos dos cursos de Letras?

**Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (MVPAD)** – É muito bom poder discutir, neste espaço aberto pela APLL, questões relativas não apenas ao ensino em si, mas ao que se espera dele, em termos de aplicação prática pelos alunos fora da sala de aula. Pelo meu envolvimento com o ensino de graduação da Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), pelos anos todos em que estive na presidência da Comissão de Graduação (desde 1990) e, no seu Conselho depois, na Assessoria da Pró-Reitoria de Graduação, fui indicada para a então criada (2000) Comissão Permanente de Licenciatura, hoje Comissão Interunidades de Licenciaturas. Antes, já participara do IV Fórum de Licenciatura, em 1990, também pela Pró-Reitoria de Graduação e que representou experiência única nesses estudos. Houve oportunidade para se discutir a configuração das habilitações em termos de currículos. Relativamente à FFLCH, foi possível pensar, mais concretamente, a natureza dos cursos, em termos de habilitação única ou dupla, em que Português se acoplava às Línguas e à Lingüística, antecipando-se à hoje denominada interdisciplinaridade. A discussão maior referia-se, porém, como ainda acontece, à metodologia do ensino. A idéia que ganhava consistência era a de conciliar as didáticas praticadas no cotidiano do bacharelado (FFLCH) e da licenciatura propriamente dita. O resultado dessas experiências consubstanciou uma publicação informativa, espécie de manual, que logo se esgotou. Apesar de não se ter conseguido estruturar as discussões em um projeto, como o que agora existe e está sendo aplicado, o foco inicial foi esse Fórum. Quanto à formação atual dos alunos de Letras, conforme sugerido na questão, parece-me que, do ponto de vista do conteúdo ministrado nesta instituição, os resultados favoráveis são reconhecidos academicamente, em termos de competência e bom desempenho. Os frutos estão presentes na boa acolhida que os alunos têm na Pós-Graduação, nas pesquisas que desenvolvem e que já estão começando a se articular com a própria realidade do ensino, na escola-base.

**LD** - A partir do quadro exposto e observando-se a grade curricular dos cursos de Letras, o que poderia ser proposto de modo a contemplar as necessidades dos alunos que atuarão como professores de língua portuguesa?

**MVPAD** - Pelo novo Projeto de Formação de Professores da USP, iniciado, como se disse, em 2000, houve mudanças no sentido de aproximar o ensino na licenciatura da Faculdade de Educação (FE) aos nossos bacharelados de Letras. É preciso discutir, outra vez, esse projeto no Departamento de Vernáculos. É complicado expor, por exemplo, a questão dos laboratórios didáticos para licenciatura no curso de Letras, com vistas à formação do professor de Português, dadas as dimensões do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos (DLCV) em seu todo. Cada uma das cinco disciplinas que compõem a complementação pedagógica em Letras sofreu, na última alteração da E.C. da FE, uma ampliação ou um desdobramento de conteúdos que nos atingirá de perto. O Departamento propôs, para o projeto, a criação de nove disciplinas aptas ao bacharelado pela própria configuração, mas que têm, como deveria ser, um viés para o ensino. Essas disciplinas (por exemplo, Língua, Discurso e Ensino; Cultura brasileira, Aplicação prática: teoria e ensino) farão uma interface com a disciplina Introdução aos Estudos da Educação daquela unidade (FE). A alteração maior não está aí, e sim na reformulação dos Estágios Pedagógicos a serem desenvolvidos nas escolas-base do ensino médio, onde os alunos devem realizar seus projetos práticos de licenciatura, intermediados por um *educador não docente* (a ser contratado). Este educador, que não é da carreira docente, fará a ligação entre o curso (português, no nosso caso) e a direção da escola média, fora da USP, portanto, e que se responsabilizará pelo estágio e pelo cumprimento da carga horária devida pelo licenciado. Este modelo está ou estava em apreciação pela Comissão de Graduação da FFLCH e deve integrar o projeto final da licenciatura. Entendo que as necessidades pontuais dos alunos, ou melhor, suas dificuldades em relacionar o curso teórico à realidade mais pragmática do ensino fundamental ou médio devem ser levantadas, primeiro, no cotidiano das aulas, em grupos menores, com eles próprios. As Comissões de Coordenação de Cursos, recém-indicadas, devem auxiliar a docentes e alunos, exercendo o papel de verdadeiras tutorias, reguladas por Resolução Cog. Acredito que, tão logo sejam indicadas as escolas-base que integrarão a rede de convênios com as Unidades – a responsabilidade da indicação é da FE em parceria com as Cocs –, a situação da licenciatura será melhor entendida por todos, em termos de atuação pedagógica. Entendo, também, que as necessidades mencionadas na questão são de mão dupla: não apenas dos graduandos, no ato de “dar aulas”, mas dos alunos do ensino médio. Estes devem ser esclarecidos da necessidade de melhorar seu desempenho cognitivo e comunicativo, principalmente este, em função da conclusão do curso e do acesso a outras etapas profissionais.

**LD** - O que a Universidade de São Paulo, especificamente, tem a propor a esse respeito? A entrevistada preferiu responder a esta pergunta associando-a à questão 4.

**MVPAD** - Qual tem sido a contribuição da universidade pública quanto aos projetos que visualizam a capacitação de docentes já atuantes no ensino de língua portuguesa? Acho que me antecipei na resposta. Por enquanto, a Universidade está investindo no Programa de Formação de Professores. Pessoalmente, vejo uma dificuldade que a Faculdade de Filosofia deve vencer. E a Área de Língua Portuguesa mais do que as outras, por ser a alimentadora natural das licenciaturas na USP, pelo número de ingressantes. O projeto foi pensado, como o vejo, para cursos autônomos de licenciatura, com vestibular específico e próprio, isto é, uma estrutura de conteúdo aplicada diretamente a esse ensino específico, com todas as variáveis indicadas expressamente: no projeto pedagógico do

curso, na forma de ingresso e saída, na duração e carga horária total, no elenco das disciplinas teóricas e práticas voltadas para essa pedagogia nodular, na formatação de uma grade horária que contemple os conteúdos presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (CPN) e nas DC de Letras.

Cursos novos, de unidades tradicionais, que não ministravam licenciatura, ou que foram credenciadas nos últimos anos, inclusive os da EACH, no Campus 2 da USP Capital, introduziram o modelo com tranquilidade e já estão funcionando dessa forma. Parece-me que apenas a FFLCH ou uma das possíveis outras IES da USP têm o modelo que se segue, de entrada conjunta ou única no vestibular, isto é, bacharelado e licenciatura sem separação ou diferenciação entre si. De qualquer modo, a introdução do Projeto de Formação de Professores, segundo as normas aprovadas, não ocorre logo no 1º ano do curso, mas deve iniciar-se até o 4º semestre. Assim o período introdutório do curso de Letras, denominado Ciclo Básico (dois semestres de duração obrigatória) não está sujeito ao esquema.

**LD** - Sua livre-docência direcionou-se aos estudos da toponímia da cidade de São Paulo, observando-se o período desde a fundação da cidade até 1987. A sociedade pouco sabe a respeito dos estudos toponímicos. Poderia dizer de sua pesquisa e destacar a importância desses estudos para nossa sociedade?

**MVPAD** - Relativamente à minha Livre-Docência sobre a toponímia da Cidade de São Paulo, no recorte dos dois centros, o histórico e o expandido, dito novo, a temática discutida relacionou-se à situação da disciplina Toponímia Geral e do Brasil no Curso de Letras. Criada em época anterior à Reforma Universitária, vinculava-se ao elenco de algumas poucas disciplinas isoladas ou autônomas, de responsabilidade dos antigos catedráticos. São poucas as que integram esse quadro na Faculdade sem comporem com as demais dos cursos obrigatórios ou básicos, o que é uma falha do sistema de ensino. No curso de Pós-Graduação, porém, a Toponímia liga-se ao Departamento de lingüística, pela área de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Nessa linha, estão credenciados quatro projetos de minha autoria, que consubstanciam quatro Diretórios de Pesquisa certificados pelo CNPq, três deles voltados ao Atlas dos Nomes (Atlas Toponímico do Brasil, Atlas Toponímico do Estado de São Paulo, Atlas das Cidades) e um quarto, relativo ao estudo etnolingüístico da hidrografia do Brasil, ou seja, “ Caminho das Águas, Povos dos Rios: uma visão etnolingüística da toponímia brasileira”. O ponto de partida para esses estudos é o sistema lexical do português do Brasil; assim, a toponímia que formulei volta-se às camadas lingüísticas conformadoras desse sistema, cruzando-se com a visão mais etnolingüística que sociolingüística da escolha das designações. Como topônimos têm um fundo de memoras, as línguas em desuso no país, como do Tupi Antigo ou Tupi Clássico, faladas por dois séculos nas costa oriental do país, puderam ser recuperadas, em várias das ocorrências, por esse meio onomástico. E continuam ainda, em certos casos, sendo bastante produtivos na identificação dos lugares. Geram, mesmo, outras matrizes lexicais, como ocorre com *morumbi*, responsável pela nomeação, a partir do antigo sítio quinhentista, de bairros, vias de comunicação, edifícios, clubes, por exemplo. Diria, portanto, que o toponimista estuda a *língua*, nos seus diversos campos de aplicação.

**LD** - Temos assistido à frequente substituição dos topônimos nas ruas da cidade de São Paulo. O que isso representa para nossa cultura, nossa sociedade?

**MVPAD** - A substituição de nomes de ruas, aleatoriamente, é fato acintoso à condição do topônimo como índice da preservação de traços culturais de grupo. É ele que dá visibilidade a situações ou pormenores vivenciados como características formadoras dos ethos da sociedade como um todo, quando falta o dado básico ou elemento referencial, pelo decurso do próprio tempo. A própria lei Orgânica do Município de São Paulo reconhece, no Capítulo VI – Da Cultura e do Patrimônio Artístico e Cultural, art 192 § único, inciso VI, a função identitária da toponímia, incluída entre os vários pontos “detentores da referência histórico-cultural” da cidade, passíveis, portanto, de preservação e conservação. Quando isso não ocorre, o sistema torna-se falho, pela ruptura de um de seus elos constitutivos. Os nomes não envelhecem - os homens, sim -, por isso, sobrevivem a eles, pela carga emotiva e afetiva que carregam.

**LD** - Qual é a contribuição dos estudos toponímicos para a atuação do professor de língua portuguesa?

**MVPAD** A contribuição dos estudos toponímicos, ou, melhor dizendo, dos estudos onomásticos, mais amplos, à língua portuguesa, como se disse, é reconhecida sem deixar dúvidas, como entendo. Pela própria natureza desses estudos, sua sistematização apóia-se em uma metodologia de trabalho que tende a ser bastante rígida, do ponto de vista onomasiológico e semasiológico. O material de estudo é amplo, como ampla é a capacidade de criação e arranjos paradigmáticos dos indivíduos que introduzem as formas nomeadoras em u determinado universo. Forma-se, assim, uma rede de implicações lingüísticas, abordáveis de vários ângulos, sintático, morfológico, lexical, semântico, em combinatórias ou não. É a interpretação dessa forma de língua tornada nome ou termo que permite a passagem do plano cognitivo ou científico para o plano afetivo das considerações imediatas ou próprias do observador-enunciador. O professor de língua portuguesa, dentro desse elenco riquíssimo de variação vocabular, constituído espontânea ou sistematicamente, tem condições de aplicar as teorias enunciativas nos diferentes campos semânticos revelados pelas unidades lexicais – que identifico como unidades de expressão terminológica. Essas unidades sintagmáticas presentes na memória popular, ou inscritas em uma carta ou mapa constituem, na prática, um verdadeiro texto, em que se distinguem os mesmos elementos formadores presentes em obra de natureza diversa. Assim, surgem os nomes místicos, realistas, descritivos, que a etnolingüística vai procurar decifrar.

**LD** - Um de seus projetos – o Caminho das Águas – valoriza a língua e a cultura indígenas. Poderia explicitar os resultados que já alcançou com essa pesquisa?

**MVPAD** A questão formulada respeita a um projeto que ainda estou acarinhando, com bastante cuidado. O Caminho das Águas, Povos dos Rios, com sua projeção etnológica, etnográfica e etnolingüística, é bastante ambicioso. Nasceu do meu envolvimento com a água ou com a hidrografia brasileira, verdadeiro desafio ao pesquisador. É nos rios que as tendências ou raízes étnicas regionais se manifestam com constância. O termo primitivo ou

o primeiro nome dificilmente se perde ou é trocado. Existem exceções, como o Tietê, ou Anhembi ou Anhumas. Mas, mesmo quando isso ocorre, a forma anterior permanece na memória lexical do grupo ou da sociedade nascente, como herança, aflorando de tempos em tempos. Nas diretrizes do projeto, procurei conciliar a experiência anterior dos Atlas Toponímicos a que me referi, dos levantamentos já realizados e da própria teorização proposta, desde o doutorado. Ative-me, desde o início, a dois cursos d'água, diferentes entre si, mas muito próximos, pela função histórica que exerceram na construção do território. Tietê e São Francisco têm esse significado, desde as suas nascentes até o desaguar em outros rios ou nos mares. Vão deixando pelo caminho vida ou morte, dizem. As carrancas afastam os maus espíritos: o porto feliz de Ararituaba, no seiscentismo, às margens do rio, deixava saudades impulsionadas pelas monções. Os paulistas usaram esse caminho, em buscado centro-oeste, assim como os mineiros subiam o gado pelas margens do antigo Paraupaba. O resultado melhor que o projeto está me proporcionando é a um novo roteiro para a vida tangível da diversidade local, no mais amplo sentido. Na esteira dessas duas águas, já veio o Carmo de Minas transmudado no Doce: estão vindo o Jequitinhonha, o Tocantins e o Araguaia, e por que não, o Tapajós.